

1 JUN 1985

Seminário enfatiza liberdade de informação

Da Reportagem Local 1 JUN 1985

cia das contas do governo, particularmente seus orçamentos.

Multinacionais

A liberalização da informação econômico-financeira deve ser feita não apenas pelas sociedades anônimas, mas também pelas sociedades limitadas, até certo grau de faturamento. Houve ênfase para o caso das multinacionais que atuam no país. O acesso às suas informações é dificultado no Brasil mas, segundo Walter Barelli, 46, diretor-executivo do Dieese, essas informações podem ser apuradas por sindicatos de trabalhadores nos seus países de origem. Um exemplo paradoxal de sigilo nas empresas foi dado por Barelli: "algumas delas chegam a registrar nos 'holleriths' um apelo para que o trabalhador não divulgue seu salário".

Nesse aspecto, o presidente regional do PFL-SP, Herbert Levy, 72, disse que se empenhará para colocar em regime de urgência a votação, pelo Sena, projeto — já em

exame pelas comissões técnicas — que estabelece novas exigências para melhorar a informação nos balanços das multinacionais.

O economista Eduardo Matarazzo Suplicy, 43, deputado federal do PT e candidato à Prefeitura de São Paulo, pretende acrescentar aos projetos do governo sobre negociação coletiva e lei de greve um capítulo referente ao direito do trabalhador à informação sobre o desempenho da empresa para quem ele trabalha. "Esse foi um assunto que o atual ministro do Trabalho omitiu nos referidos projetos", disse Suplicy.

Como Herbert Levy, o deputado Suplicy afirmou que lutará para garantir um assento aos representantes dos trabalhadores no CMN — Conselho Monetário Nacional. Levy acrescentou que nessas reformas que estão previstas, e que poderão ser abarcadas pela Constituinte, "a democratização do CMN deve entrar em pauta. E como os trabalhadores, a classe política também deve ter assento naquele conselho".

Carlos Alberto Longo, 44, professor de Economia da USP, mostrou-se otimista quanto a uma liberalização da informação econômica em nível de governo. Citou, como prenúncios dela, o comportamento dos ministros do Planejamento, João Sayad, 39, e da Fazenda, Francisco Dornelles, 51, à medida que debatem abertamente as questões de suas áreas, mesmo com o risco de eventuais conflitos. Para ele, o fato de ter ficado para trás "uma visão unificada, centralizada e autoritária", que impedia a livre detonação dos fatos, Longo deu crédito ao novo governo nessa questão.

Luciano Coutinho, 39, secretário-geral do ministério da Ciência e Tecnologia, acredita que o grande desafio da Constituinte será criar controles democráticos para a questão da informação econômica. Ele chamou a atenção especialmente para o problema dos subsídios, que não devem mais ser concedidos sem autorização do Legislativo.

Os participantes da penúltima sessão do seminário "A Questão Econômica na Constituição", realizado na PUC, querem na nova Constituição a maior atenção possível à questão do direito à informação econômica. A crítica concentrou-se

no sigilo burocrático da área econômica dos governos anteriores, especialmente sobre os cálculos da inflação.

Para eles, há que se recuperar o conceito de entidades como o IBGE e a FGV, a fim de que seja garantido o conhecimento de metodologias e critérios dos levantamentos de índices que interessam à população e às entidades de classe. Foi tônica da discussão o que se caracteriza como direito a informações para facilitar negociações salariais e a transparên-

